



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

MANOELLY DOS SANTOS CERQUEIRA

O INDIGENA DO PASSADO SANTAMARENSE

**SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA
2016**

MANOELLY DOS SANTOS CERQUEIRA

O INDIGENA DO PASSADO SANTOAMARENSE

Trabalho de Monografia apresentada ao Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção de Bacharelado em Humanidades.

SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA
2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

C395i

Cerqueira, Manoelly dos Santos.

O indígena do passado santoamarense / Manoelly dos Santos Cerqueira. - 2016.
46 f. : il. mapas

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Souza Muniz.

1. Índios. 2. Nativos - Santo Amaro (BA) - História. 3. Santo Amaro (BA) -
Historiografia. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 980.4142

MANOELLY DOS SANTOS CERQUEIRA

O INDIGENA DO PASSADO SANTOAMARENSE

Esta monografia foi apresentada no curso de Humanidades, para a banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Túlio Souza Muniz (orientador)

(Unilab)

Profa. Dra. Juliana Barreto Farias (examinadora)

(Unilab)

Mariana da Costa Aguiar Petroni (examinadora)

(Unilab)

São Francisco do Conde-BA, 02 de dezembro de 2016.

Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.

Oswald de Andrade

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus dos meus pais por ter me dado força para superar dificuldades e continuar a longa caminhada que foi a escrita do TCC.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que me proporcionaram vislumbrar novos horizontes.

Ao meu orientador Túlio Muniz, pelo suporte, orientações e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

Esta monografia irá abordar a problemática do esquecimento do indígena na História visando entender a importância do papel dos nativos na sociedade e seu esquecimento no processo de colonização apresenta supostas etnias existentes na região santoamarense visando o reconhecimento destas, tornando possível um análise de quais eram as etnias registradas e pertencentes à cidade, busca-se compreender a História, a cultura e tradição destas civilizações. Nessa perspectiva relata-se o desaparecimento de um povo marcado por conflitos, resistência derrotas e vitórias. Esta pesquisa trás reflexões acerca desses tais grupos que foram discriminados historicamente onde passaram por conflitos étnico-culturais tendo sua identidade esquecida com o passar dos tempos.

Palavra-chave: Indígena. História. Esquecimento.

ABSTRACT

This monograph aims to talk about the problem of indigenous forgetfulness in the History, in order to understand the importance of the role of natives in society and their forgetfulness during the process of colonization presents existence of supposed ethnics groups in the region of santamarenses aiming the recognition of these, making possible to analyse the ethnic groups that were registered and belonging to the city, seeks to understand the history, culture and tradition of these civilizations. In this perspective it is related the disappearance of a group of people marked by conflicts, resistance defeats and victories. This research brings reflections about these groups that were historically discriminated, where they went through ethnic-cultural conflicts, having their identity forgotten over time.

Keywords: Indigenous. History. Forgetfulness.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO INDÍGENA	12
2.1	PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DA ÓTICA DA COLONIZAÇÃO	16
3	INVISIBILIDADE INDÍGENA NA HISTORIOGRAFIA SANTOAMARENSE	18
3.1	PRESENÇA DE INDÍGENA NA HISTÓRIA DE SANTO AMARO – ETNIAS CITADAS NOS REGISTROS	23
3.1.1	Abatirá	23
3.1.2	Tupinambá	24
3.1.3	Caeté	25
3.1.4	Desmitificando os discursos sobre a real etnia nativa	26
3.1.5	Retomada do imaginário na historiografia e resistência indígena	28
3.1.6	Índios na construção da história	31
3.1.7	Desaparecimento do indígena: possíveis causas	33
3.1.8	Novos olhares sobre os nativos	37
4	DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA HISTÓRIA INDIGENA EM SANTO AMARO	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda aspectos intrínsecos da construção da figura indígena e o seu esquecimento na história dos santo-amarense, tendo em vista a valorização dos colonizadores enquanto 'heróis', e que os afro-brasileiros têm dado grandes contribuições para a descolonização da História, sendo estes também agentes construtores da história. Contudo, o indígena quase nunca ou nunca é citado quando se trata de construção de identidade santomarense, fazendo que haja um esquecimento da participação indígena na história.

Esta pesquisa espera proporcionar uma análise das etnias apresentadas na historiografia da cidade, expondo a situação de esquecimento do indígena no processo de colonização e consolidação cultural europeia na mentalidade dos habitantes da cidade, visando o reconhecimento da participação do indígena na História, buscando o reconhecimento da cultura indígena que se encontra no passado e torna-la disponível e acessível à população, fazendo com que estes povos não seja apenas um personagem que aparece nas primeiras páginas dos livros que registram a História da cidade, mas tornando possível uma análise de quais eram as etnias pertencentes à região, e considerando os indígenas não como os "selvagens", mas tratando-os como indivíduos, tanto quanto os povos da diáspora foram atores não parciais, mas ativos na construção da sociedade construída depois das chegadas dos colonizadores, analisando quem eram os nativos antes do processo de colonização e quem passaram a ser depois da implantação do projeto colonizador que submetia os índios a assimilação, o que resultou no seu desaparecimento tanto físico, quando na historiografia da cidade, sendo apenas considerado um colaborador dos primórdios e não relatando como estavam inseridos na dinâmica daquela sociedade que foi formada.

Vale ressaltar que este trabalho busca preencher os espaços aos quais os indígenas não foram citados utilizando da educação como ferramenta para realizar essa tarefa, incluído a educação indígena nos currículos escolares.

Desta forma e sob tal complexidade, será exposto o que compõe o imaginário indígena, evidenciando como foi resignificado durante todo o período colonial e pós-colonial. Também, serão apresentadas as etnias citadas na historiografia e quais os problemas encontrados para denominar a etnia santo-amarense. Paralelamente

apresentaremos a temática da educação onde será discutida a importância da reflexão histórica cultural e da cidadania.

2 FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO INDÍGENA

O presente trabalho visa abordar a problemática do esquecimento dos indígenas na história, apontando aspectos do surgimento desses nativos, e o seu desaparecimento e invisibilização na narrativa historiográfica local. Nessa perspectiva busca-se desconstruir o preconceito e estereótipos, apontando como esse imaginário foi constituído no século XVI e como foi remodelado após a farsa da democracia racial que deturpava as reais relações de portugueses com indígenas, com isso apresentando possibilidades de uma nova história na qual os indígenas deixam a posição invisibilizada e tornam-se agentes construtores da sociedade.

Acredita-se que o nome “índio” provém da primeira impressão que tivera Cristóvão Colombo ao chegar a América: ele estava convencido de que tinha chegado à Índia. Durante o processo de colonização o termo “índio” generalizava os povos nativos, impossibilitando a distinções étnicas dos povos. Por essa razão construiu-se um imaginário uniforme sobre os nativos, que não evidenciava a multiplicidade étnica encontrada no Brasil. Os indígenas foram divididos pelos europeus em dois grupos: Tupis e tapuias, classificação essa herdada dos Tupinambá que consideravam os outros povos como tapuias, ou seja inimigos. Os Tupinambá foram os primeiros grupos étnicos encontrados pelos europeus, sendo considerados a princípio os índios amigos, diferentemente das demais etnias que viviam no interior que não haviam tido um contato com o europeu como os Tupis e eram considerados resistentes a colonização.

Os indígenas passaram a ser vistos no cenário brasileiro como povos atrasados, insubmissos e preguiçosos, ignorando-se a sua participação na formação e transformação da nossa sociedade. Portanto torna-se necessário construir idéias e saberes sobre essa população buscando novos olhares de pluralidade contextualizada reflexivas em suas práticas e representações.

As relações dos portugueses com os indígenas foram iniciadas através do escambo, trocas de produtos entre os povos. A partir daí construíram-se relações nos âmbitos religiosos, ou seja, na aproximação dos europeus que buscava a conversão dos nativos. A dinâmica social fora desestruturada devido a estes contatos, passando por modificações e deixando de estruturar-se como outrora. Houve mudanças significativas a partir dos contatos com os portugueses os quais

levaram os indígenas a submeterem-se aos moldes europeus perdendo sua identidade e característica pluralista.

O termo colonização que nos dias atuais entende-se como sinônimo de escravização de povos por outros povos, traz um significado amplo e totalmente diferente do que vemos hoje no contexto pós-colonial da América. A palavra que deriva do latim “*Colo*” origina-se do termo “plantio” tendo sua gênese ligada ao cultivo da terra e ao cuidar de propriedades, todavia a palavra também corresponde aos cultos feitos às entidades que eram responsáveis pelas boas colheitas, tendo significações místicas.

Durante o período colonial houve uma resignificação da colonização, passando de uma obtenção de territórios, ou seja, lotes de terra, para dominações das almas dos nativos. Com a colonização e a inserção da cultura europeia as demais culturas dos povos indígenas foram reprimidas.

A inserção da cultura colonizadora na sociedade nativas fez que a cultura indígena fosse considerada atrasada, desconstruindo os saberes indígenas, passando a serem visto como “selvagens” que necessitavam serem “regenerados”.

A partir do momento em que a cultura indígena foi considerada primitiva, deixou de ser considerada uma sociedade organizada. A sociedade europeia tornou-se um molde para a construção de uma nova comunidade. Daí os portugueses arrogarem a tarefa de ‘criar’ a sociedade brasileira. Corroendo a identidade das sociedades indígenas, o colonizador afirmou-se o ‘descobridor’ das terras.

Inúmeras narrativas do descobrimento foram reproduzidas ao longo período colonial no Brasil. Uma dessas atribuiu a um plano divino a chegada dos portugueses às terras americanas. A narrativa conta que os portugueses acidentalmente chegaram ao Brasil depois de um desvio de rota que os levariam para as Índias. Todavia, há relatos que estes já sabiam a localização das terras brasileiras, e que foram atraídos a ela devido as suas crenças numa certa terra prometida que é anunciada por um profeta bíblico chamado Isaias. As narrativas baseadas nos trechos bíblicos relatam sobre as terras e os nativos, e se expandiram por boa parte do período colonial. Atribuía-se a religião uma das maiores motivações para expansão marítima. Sendo tão importante quanto às relações comerciais que envolviam o deslocamento europeu do seu continente para terras desconhecidas comerciais, a propagação do cristianismo era para o europeu um dever que devia ser cumprido. As visões de mundo europeias baseadas nos

textos bíblicos formam o imaginário do europeu, proporcionando a criação das narrativas religiosas para explicar tanto o “descobrimento” quanto a submissão do indígena.

A carta de Pero Vaz de Caminha documento de grande relevância na História colonial brasileira tem a importância de ser registro do descobrimento ou da entrada do Brasil na História universal revela o colonizador encontrando os primeiros nativos, povos de diferentes costumes que os seus. Caminha afirmou serem “boas almas”, não acreditando que estes tinham idolatrias, deixando ainda mais em evidencia suas comparações com o mito da criação comparando o nativo a Adão antes do pecado original da narrativa bíblica. O Brasil era visto sobre uma ótica utópica, como o paraíso que europeus aventuravam-se a conhecer.

A construção de um imaginário acerca dos nativos deu-se desde os primeiros contatos dos europeus com esses povos. O filósofo Rousseau também influenciou a criação desse imaginário, pelo qual aborda o nativo como o “bom selvagem”, que fortalecia as idéia de bondade nativa ao afirmar que esses eram assim por não estarem inseridos na sociedade européia que “corrompia” aos homens.

Contudo, posterior a todas essas construções religiosas sobre o nativo, o europeu passou a ver os indígenas como povos necessitados de civilização, povos que segundo a lógica européia eram desprovidos de Fé e Lei, os fundamentos para constituição de uma sociedade.

Os portugueses recorriam às suas concepções para explicar o “Novo Mundo” e isso resultaram em uma série de interpretações e aproximações da realidade europeia com a americana sem que fossem feitas distinções, transformando o nativo em bárbaro americano. Nesse contexto o indígena deixa de ser considerado “puro” e uma nova narrativa para explicá-lo é posta, na qual eles reaparecem com uma imagem distorcida. O nativo deixa de ser visto como o “bom selvagem” e torna-se o degradado que precisa da civilização.

Surgiram novas narrativas em que caracterizaram os indígenas como povos “não civilizados.” Nas passagens bíblicas eram encontradas outras formas de tentar explicar a existência dos nativos e assim inseri-los na genealogia criacionista. As escrituras eram respaldo satisfatório para que os jesuítas afirmassem a humanidade indígena que não fora discutida nos primórdios da colonização.

Alguns desses relatos foram baseados na narrativa bíblica acerca Noé, personagem que foi escolhido por Deus para construir uma arca que o salvaria a si,

e toda sua família do grande dilúvio que exterminaria a humanidade. O mito do dilúvio apresenta a família de Noé como os ancestrais de toda humanidade. Após o dilúvio a família de Noé passou a viver na terra e depois de algum tempo os únicos moradores da terra entram em conflito entre si. O que leva Noé a irar-se e a amaldiçoar seu o filho mais novo e toda sua descendência.

Os jesuítas embasados na narrativa bíblica supunham que os indígenas eram os descendentes do amaldiçoado filho de Nóe para justificar a humanidade destes. Os indígenas foram anexados na genealogia da humanidade que se construiu a partir do pensamento cristão europeu.

Os relatos bíblicos foram fundamentais para construção de um imaginário de quem eram os indivíduos encontrados nas Américas. Padres e jesuítas buscavam comprovar a possível humanidade dos indígenas, a partir de relatos bíblicos, no qual povos desaparecem da narrativa sem grandes explicações.

Dentro dessa ótica as narrativas apresentadas divergem com a tese do padre Simão de Vasconcelos que se desvinculou dos textos bíblicos trazendo uma possível explicação para a existência nativa. O Padre acreditava que a filosofia trazia as respostas da existência indígena tendo respaldo no filósofo Platão, que se refere aos indígenas como descendentes de povos de Atlante. Além da descendência, Vasconcelos afirmava que o escurecimento da pele indígena tinha se dado por fatores climáticos apresentados pela filosofia para explicar a diferenciação dos povos.

A percepção de Vasconcelos, contudo não se desprende da religião, de modo que há explicações baseadas em conceitos religiosos como as anteriores, nas quais os nativos são tidos como degenerados que passavam por um processo de segunda queda, ou seja, encontravam-se afastados de Deus e da civilização como Adão e a sociedade ocidental de outrora. Padres e jesuítas encontravam na religião a solução para civilizar e salvar as almas nativas.

Ao cristianismo era dada a função de devolver a humanidade aos indivíduos que haviam se corrompido tornando-se selvagens.

A religião funcionava como um mecanismo de doutrinação, mas contudo apropriava-se dela para explicar quem eram aqueles indivíduos com frequência. Os Tupinambá, por exemplo, foram considerados nativos que passavam por uma metamorfose quando estavam em contato com o cristianismo, no qual tornavam-se delicados e amáveis como homens educados.

2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DA ÓTICA DA COLONIZAÇÃO

O pensamento brasileiro formado a partir de Gilberto Freyre possibilitou a retomada do imaginário criado no século XVI, contudo inserindo o indígena em um discurso que falseava a realidade das relações entre os povos indígenas com os portugueses, o discurso criado possibilitava forjava uma democracia racial inexistente, exaltando colonizador afirma-o historicamente como um mito fundador da civilização da America.

Segundo o autor, quando os portugueses aportaram na América, segundo Freyre, inaugurou-se um modelo inovador para colonização das terras que futuramente seriam denominadas brasileiras. A obra descreve o processo de colonização português como mais brando que a dos demais europeus, apontando os portugueses como indivíduos sem preconceitos de cor e não tão violentos como os demais povos, utilizando de violência só em casos específicos para implantação da sua política.

Com relação a esta política e a dinâmica social instituída entre o português e o indígena, cria-se o imaginário do “Índio preguiçoso” que não se adaptava ao sistema colonial e as índias que possibilitaram a procriação para construção do que viria ser a nação.

Os indígenas, em “Casa Grande e Senzala”, são salientados como sem predisposição para o trabalho, e são apresentados por suas outras funções que auxiliaram no processo colonizador onde o indígena atuou em defesa dos engenhos e nas guerras contra nativos contrários a colonização. Freyre, também se referiu às grandes contribuições do nativo em relação ao papel da mulher, assinalando a sua importância atribuindo a relação do português com a mulher índia como “amor físico”. Freyre enaltece os portugueses definindo-os como homens viris que não seguiam as restrições morais cristãs europeias na America. A exaltação a virilidade portuguesa é acompanhada da depreciação da mulher indígena que é descrita como fácil.

Ao afirmar uma hibridação cultural étnica do português o autor busca comparar a “mulher moura” com a mulher indígena, classificando a índia como a

“moura-torta”, ressaltando que as mulheres indígenas eram ‘fáceis’, quando ressalta que as mulheres indígenas trocavam seus parceiros realizando poligamia.

O longo contato com os sarracenos deixara idealizada entre os portugueses a figura da moura-encantada, tipo delicioso de mulher morena e de olhos pretos, envolta em misticismo sexual – sempre de encarnado, sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assombradas - que os colonizadores vieram encontrar parecido, quase igual, entre as índias nuas e de cabelos soltos do Brasil. Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho, e, tanto quanto as nereidas mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescasse sua ardente nudez e por um pente para pentear o cabelo. Além do que, eram gordas como as mouras. Apenas menos ariscas: por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos "caraíbas" gulosos de mulher. (FREYRE, 2003 p. 8).

As considerações depreciativas feitas aos indígenas como raça atrasada apontam um quadro brasileiro racista que permeia a esfera cultural, o indígena é submetido ao português numa relação que é apontada como sadista-masoquista. Os indígenas eram considerados crianças grandes que permaneciam em estado inferior tanto nas culturas ameríndias do norte, quanto nas demais culturas africanas.

De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas. (FREYRE, 2003, p.156).

Essa narrativa de “infância cultural” fez se estabelecer um discurso que tornava os indígenas seres incapazes, com isso foi possível exaltar a cultura portuguesa e afirma-la como evoluída em relação às culturas nativas. Os indígenas foram marginalizados no processo de construção histórico.

3 INVISIBILIDADE INDÍGENA NA HISTORIOGRAFIA SANTOAMARENSE

Na construção da historiografia santomarense encontra-se a invisibilidade das etnias que existiam no território, na atualidade apresenta-se a etnia Tupinambá como nativa da região, segundo estudos recentes do IBGE, contudo diante outras fontes que apresentam outras etnias como nativas ou que residiam na região busca-se apresentá-las. Considerando estes povos como personagens importantes na construção da sociedade, problematizar tanto a questões étnicas dos possíveis povos, enriquece a historiografia na qual se permite discutir outras causas tais como o desaparecimento dessas etnias e possibilidades de migrações indígenas para a região, onde se localiza o município.

Santo Amaro da Purificação tornou-se conhecida através de narrativas das conquistas e contribuições do colonizador. O passado colonial é exaltado, no qual a cidade era uma das maiores produtoras de cana-de-açúcar, que movimentava a economia do Novo Mundo, sendo a principal fonte de renda dos europeus que colonizaram a região. O município é lembrado pelas participações dos seus cidadãos em acontecimentos que são considerados marcos regionais e nacionais, tal como a ajuda nas manifestações que resultaram na desvinculação do Brasil e Portugal, a partir da Ata de vereação, que foi a primeira manifestação a favor da autonomia do Brasil em relação às imposições da Coroa Portuguesa em 14 de junho de 1822. Além da exaltação da participação de tropas designadas por um santamarense na guerra do Paraguai, os artefatos usados nesta batalha ainda são guardados como símbolos de honra para a cidade, visto que a bandeira 46º Batalhão de voluntários que pertenceu aos triunfantes nessa guerra.

Igrejas e casarões da cidade que remetem ao período colonial, onde nobres viviam, são monumentos históricos dos quais se tornaram pontos turísticos. Os donos dos engenhos e de trapiches na região são também apresentados na historiografia como grandes personagens. Criou-se um imaginário santamarense no qual o português deixa a posição de invasor que exerceu subjugação, ocupando uma posição romanceada, sendo representado como o responsável por trazer a civilização. Problematizando a forma como essa historiografia construiu-se a partir da perspectiva única e homogênea do colonizador, pretende-se entender outros pontos de vista históricos e outras identidades étnicas que participaram desse processo histórico da região, procurando entender quem eram esses povos que

foram marginalizados. Com isso entender como os indígenas foram apagados da historiografia e substituídos por uma narrativa heroica lusitana.

O município de Santo Amaro fora construído nos parâmetros da cultura europeia numa remodelagem genérica trazida pelos colonos, também fora afetada pelas contribuições dos povos africanos na diáspora, carregando a África na estrutura cultural, mesmo com a marginalização destes povos que influenciaram tanto a genética da sociedade que estava sendo formada, quanto na culinária, religião e nas diversas manifestações culturais.

Contudo, na atualidade percebem-se na mentalidade da população os impactos da marginalização das contribuições culturais das matrizes africanas. Isso evidencia as sementes do eurocentrismo que germinaram e subjulgaram uma sociedade multicultural a um modelo. Todavia a resistência ao domínio colonizador não ocorreu do mesmo modo com as culturas indígenas que foram apagadas e silenciadas na História, eliminando a presença indígena e de sua identidade nesse processo, tornando-os um personagem pouco citado e esquecido nos relatos dos primórdios da colonização, isso se torna mais evidente quando se analisa o desinteresse por parte das autoridades responsáveis para que a História Indígena seja estudada, não havendo incentivos para que os povos nativos possam deixar a posição de esquecimento e invisibilidade dentro da sociedade santamarense.

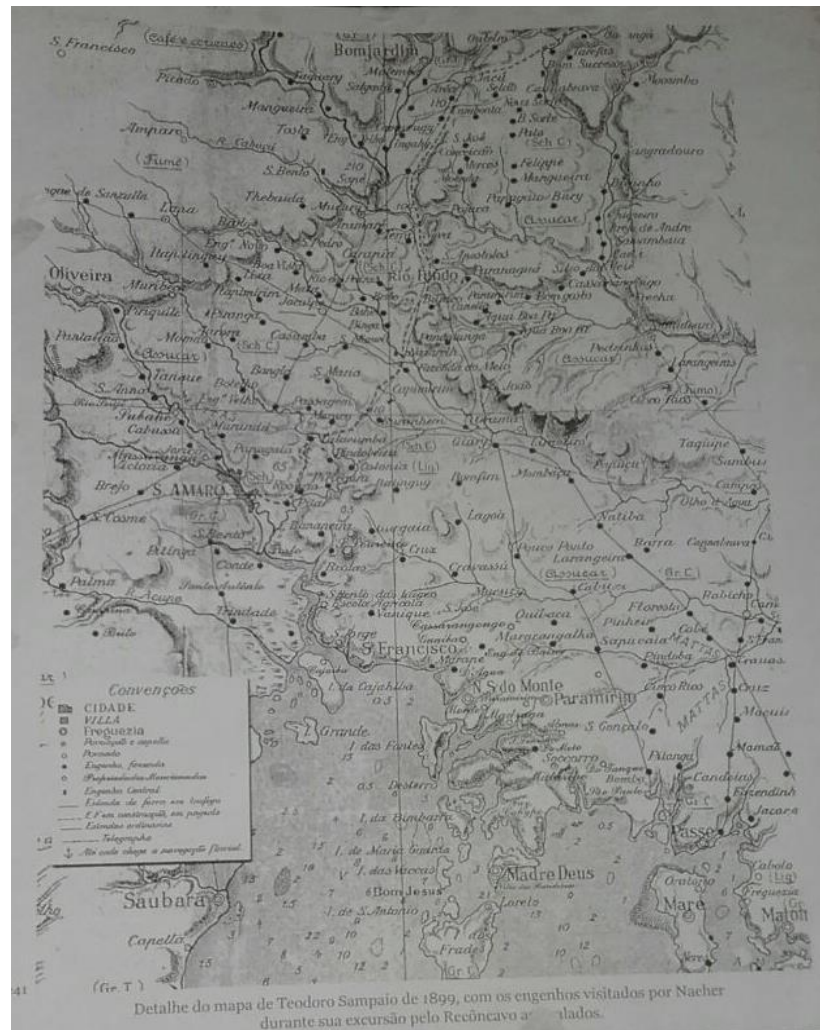
As terras em que hoje se localiza o município foram ocupadas a partir de 1557, quando da chegada dos primeiros colonos. Contudo a região só veio a ser colonizada a partir de 1559 onde todo território do “Marapé até a Ponta de Saubara” foi doado a Mem de Sá pela Coroa Portuguesa. A região recebeu os jesuítas do Colégio Santo Antão de Lisboa encarregados de assimilar ao dito “selvagem” que habitava nas terras. PAIM (1994) descreve os jesuítas como fervorosos na sua luta contra as imoralidades. Estes zelos dos eclesiásticos resultaram na morte dos jesuítas da Capela Rosário dos Pretos, que numa missa foi assassinado por um colono que estava insatisfeito com as pregações carregadas de dogmas e moralismos do cristianismo, isso resultou no deslocamento da população para a área que hoje se localiza o município.

Nos registros literários sobre a História da cidade, os indígenas são os primórdios da colonização, porém desaparecem hoje significativamente história. Seus vestígios não foram confrontados por demais Historiadores, deixando apenas lacunas da presença indígena na historiografia. Os indígenas aparecem em alguns

registros de engenhos onde sua participação estava na mão de obra primária da produção da cana-de-açúcar, contudo há uma visibilidade histórica indígena como também do africano, tratando os indígenas simplesmente como meros figurantes na construção da cidade e não como agentes sociais e históricos que contribuíram neste processo de formação.

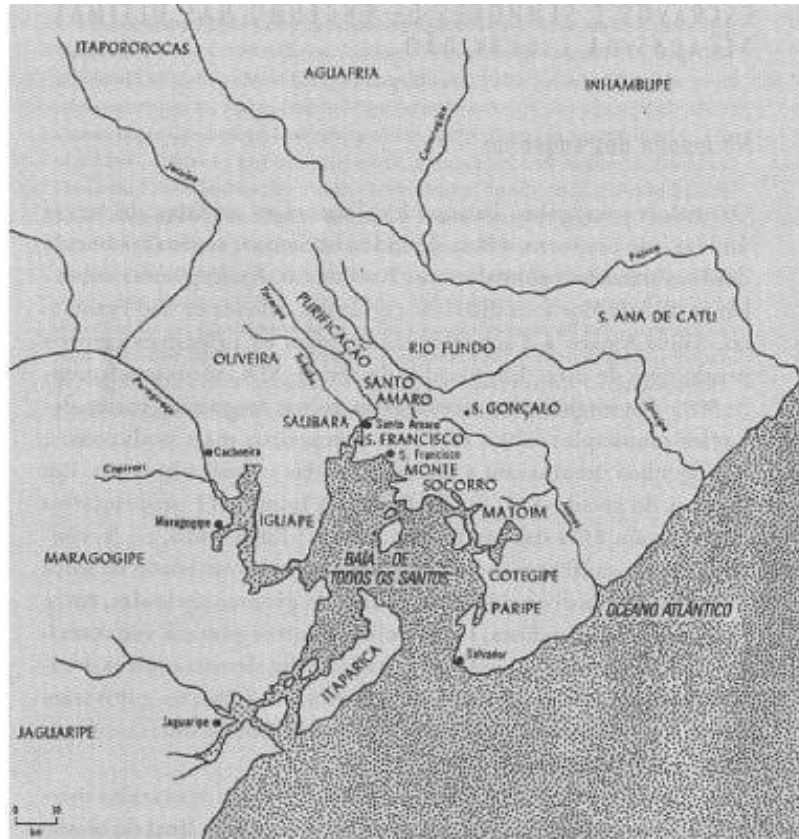
A região do Marapé à Ponta de Saubara onde hoje se localiza o município de Santo Amaro e também as cidades circunvizinhas como São Francisco do Conde e Saubara eram um só território pertencentes a Mem de Sá, que foi o terceiro governador da Bahia, tivera sido conhecido pelas suas batalhas contra os índios, havendo travado inúmeras batalhas com os indígenas a fim de escravizá-los em suas expedições muitas etnias foram extintas por ele, sendo um dos nomes que trás a lembrança quando se fala em etnocídio no processo colonizador. A partir dos registros do engenho do governador, encontra-se figuras de nativos que raramente são apresentados como responsáveis pelo cultivo da cana-de-açúcar e mais tarde pela segurança dos engenhos.

Figura 1 - Mapa de Teodoro Sampaio dos engenhos em 1899



Fonte: Centro Referencial de Documentação de Santo Amaro

Figura 2 - Recôncavo baiano: cidades e paróquias



Fonte: Schwartz, Stuart B. Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, São Paulo: Companhia de Letras, 1988, p.84.

Compreende-se que não havia uma divisão das terras como em na atualidade, sendo assim todas pertenciam ao governador-geral Mem de Sá que numa determinada chegou até mesmo a doar uma pequena parte dela ao seu conhecido Fernando Castello Branco, que nunca tomou posse das mesmas, conseqüentemente devido as clausulas que afirmava que as terras não poderiam ser doadas por ele para outrem, retornando a pertencer ao governador foram herdadas mais tarde por sua filha após sua morte.

O governador fundou o Engenho Real Sergipe na região tomada também por outros engenhos e trapiches que movimentaram a economia das terras. Felipa de Sá, sua filha, se tornara proprietária do Engenho juntamente com seu esposo Fernando de Noronha "Conde de Linhares", ocasionando a modificação do nome do engenho para somente Engenho do Conde.

A família Sá foi conhecida por ser grande responsável pela extinção de inúmeras etnias, contudo alguns dos seus parentes foram mortos nessas batalhas com os povos indígenas. Francisco de Sá, irmão do governador, responsável por

inaugurar a devoção de São Francisco no engenho, assassinado por indígenas da região. Fernão ou Fernando de Sá, filho do governador, também foi abandonado pelos soldados e morto, a quem Anchieta em sua homenagem dedica um poema.

A partir do Testamento de Mem de Sá pode-se analisar a presença de diferentes etnias que existiram na região tais como: Etnia Caeté, Carijó, Pitiguará, Tapuia. Além disso, aponta para possíveis filhas de Mem de Sá concebidas com índias, evidenciado o processo de miscigenação que ocorreu no período colonial entre portugueses e indígenas.

3.1 PRESENÇA DE INDÍGENA NA HISTÓRIA DE SANTO AMARO – ETNIAS CITADAS NOS REGISTROS

3.1.1 Abatirá

Zilda Paim (1994) cita a etnia Abatirá como nativas das terras que posteriormente passaram a se chamar Santo Amaro, a autora descreve a etnia aqui existente como selvagens, desconfiados caracterizando-os como raça vermelha, acrescentando na sua obra características como: insubmissão e inaptidão para o trabalho, ressaltando que os índios viviam de grandes caçadas e do ócio e não poderiam atender a demanda do trabalho que os colonos lhe exigiam.

Primitivamente, foi habitada pelos índios ABATIRÁS, que segundo Aires do Casal, pertenciam ao ramo dos Aimorés. Estes selvagens, localizados ao longo da costa e nas margens dos principais rios, ocupavam preferentemente o Patatiba, área de cerca de dez léguas quadradas onde se encontram ótimos solos de massapé e ceilão, com aguadas e pastagens magníficas.(PAIM 1994, p.13).

Refere-se aos Abatirá como povo nativo da região, também relata os primeiros contatos dos lusos com os nativos. “Das lombadas dos chapadões saíram os Abatirás, os primeiros habitantes das selvas multicores que ensombravam a nossa terra, enleados na contemplação na das Caravelas de Pedro Álvares Cabral.” (PAIM, Zilda, 1994 p.13).

No que diz respeito ao colono e aos jesuítas, a autora relata que existia conflitos entre ambas as partes, sendo que os colonos buscavam a escravização dos indígenas e os jesuítas em defesa destes buscavam impedi-la. PAIM e os outros

autores apresentam a possível presença dos Abatirás respaldados em Aires do Casal. Ferreira e Viana (1839) afirmam que a etnia existente na região era os abatirás, porém aponta para outras três etnias que eram encontradas nas terras da Condessa de Linhares: Pitiguará, Carijó e Caeté que habitou na região por volta de 1562.

Os Abatirá foram considerados etnia nativa pelo IBGE, registrada no site oficial como primitivos habitantes na região até março de 2015, quando a etnia foi substituída pela Tupinambá. Durante décadas a etnia Abatirá era apontada como nativa.

Compreende-se o indígena como insubmisso, guerreiro e desconfiado, com tenacidade e a força combativa. Essas eram suas conclusões acerca dos Abatirá.

No entanto, os espanhóis possibilitaram maior percepção dos Abatirás trazendo informações que evidenciaram a etnia, definindo os abatirás como aimorés baianos, possibilitando entender à ramificação destes em “*Abatirás. — Indios aymorés que habitan en el Estado de Bahia (Brasil)*” (In Diccionario Etnológico Americano 1922).

3.1.2 Tupinambá

Dados encontrados nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrados na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1958 apontam a etnia Tupinambá como nativa da região. Em 1557, que foi mencionada pela memorialista Zilda Paim na sua historiografia da região, além da autora e do historiador Wanderley Araujo Pinho que aponta o Caeté como nativo da região, somente Ferreira e Viana (1893) não citam a etnia Tupinambá.

Aires do Casal (1922) afirma que a etnia residia na Província da Bahia, todavia, já citado pela autora pela memorialista, que afirma em sua obra que o Tupinambá vivia entre os rios Subaé e Sergimirin e que anteriormente localizava-se perto do rio Traripe o que proporciona analisar que acontecera um deslocamento Tupinambá na região.

Conforme referencias de Darcy Ribeiro (1995, p. 29) a matriz Tupi, da qual os Tupinambá se ramificam, saíram da Amazônia e iniciaram um processo de expansão pelo território onde ocuparam os litorais em disputas com os nativos, havendo coabitações de etnias tupis e nativas de outras etnias em um mesmo território em

intensos conflitos. O autor acredita que o número de nativos encontrados no litoral pelos portugueses chegaram a um milhão de índios, divididos em grupos de trezentos e dois mil habitantes que eram mais ou menos a população de Portugal ou até mais que a população daquela época.

Conhecidos pela habilidade de domesticação de plantas e criadores dos seus roçados, os Tupinambá foram importantes na implantação da colonização. Além das roças, também caçavam e pescavam. Foram temidos pelos europeus por serem considerados os nativos comedores de gente, por realizarem cultos antropofágicos que eram realizados para vingar seus antepassados e adquirir a força vital do guerreiro inimigo.

3.1.3 Caeté

Segundo PEDREIRA (1977, p.3-4) os Caeté são apresentados como etnias nativas da região, além das outras etnias que também se encontram na obra *Memória do Estado da Bahia* (1893), denominadas: pitiguaras e carijós, tornaram-se pertencentes ao território após o desaparecimento Caeté. Anchieta em suas cartas denomina a etnia existente na região como “Caeté negros”.

E porque os moradores desta Baía diziam, que entre o gentio daqui morador e o de Ciripe, donde o Engenho de Dom Fernando (483), e entre o gentio de Paraguaçu e Jaguarig haviam muito gentio daquele do Caaeté e que tinham entrada uns com os outros, pronunciou o dito governador sentença contra o dito Caaeté, que fossem escravos, onde quer que fossem achados sem fazer exceção nenhuma, nem advertir no mal que podia vir á terra (484). (ANCHIETA 1933, p. 335).

Assim como os Tupinambá, a etnia Caeté foi temida e classificada como selvagens canibais “comedores de gente”. Os Caeté passaram a ser conhecidos como tal depois da morte de bispo Sardinha que naufragou nas terras destes e foi assassinado pelos nativos.

Depois do acontecido Mem de Sá, sabendo da necessidade da mão-de-obra escrava, aproveitou-se da situação e decretou que o Caeté fosse escravizado, o que possibilitou aos cobiçosos portugueses capturarem os Caeté que viviam na Bahia, e que nada tinham com os Caeté acusados de devorar o bispo.

3.1.4 Desmitificando os discursos sobre a real etnia nativa

PEDREIRA (1977, p. 3-4) aponta os Abatirá como um mito afirmando a incoerência nas informações obtidas por PAIM em sua obra e considera errônea a afirmação da etnia como nativa, pelos fatos dos abatirá serem apresentados segundo os registros do sacerdote, geógrafo e historiador Aires do Casal que apresenta como nativos da província de Porto Seguro. Ainda há dúvidas da presença abatirá na região, contudo ao analisarmos que estes eram povos nômades, há possibilidades do deslocamento ter sido feito durante as conquistas dos povos indígenas onde eram escravizados e vendidos para serem mão-de-obra em outras regiões, isso ocorria quando havia conflitos entre indígenas e portugueses tais como houve nas terras de Fernão Coutinho.

A Vila de Santo Antonio, cujos vestígios apenas se dividiam hoje perto do morro coroado a Erminia de N. Senhora da Ajuda, obra de três milhas ao sul de Porto Seguro, demolida pelos ferozes abatirás em quinhentos e sessenta e quatro: e a de Santa Cruz, que surgiu na Baía Cabrária, mudando pelos seus mesmos moradores para junto do Rio Tiba, foram fundadores do primeiro donatário, cuja vida não foi dilatada no país. Sucede-lhe o mencionado filho, em tudo avesso ao pai: Também pouco tempo se gozou da capitania; falecendo antes de se tornar estado. (CASAL, 1920, p. 216)

Os Abatirá travavam intensas guerras resistindo à colonização nas proximidades de Santo André, região que pertencia a Fernão de C. Coutinho, sendo assim há uma falta de coerência nos dados que apontam o abatirá como nativos de Santo Amaro.

Todavia, quanto ao Tupinambá pouco há de se duvidar da sua presença nessas terras: a etnia se deslocou para as regiões litorâneas anos antes da chegada dos portugueses residiam e viviam em conflitos com etnias encontradas na região. Diferentemente da etnia Abatirá, o Tupinambá é apresentado como a etnia que ocupava o litoral baiano citado por diversos autores o que proporcionou maior convicção sobre a presença dessa etnia no território santamarense. Os Tupinambá eram intitulados como povos guerreiros e selvagens, conta-se que a flecha Tupinambá atravessava o adversário e este a retirando trazia consigo suas próprias entranhas. (Fernandes e Florestan, 2006). Darcy Ribeiro (1995) data a diáspora Tupinambá da Amazônia até os litorais nordestinos há precisamente mil anos atrás.

Em relação aos Caeté há registros que afirmam seu desaparecimento. Acredita-se que os Caeté eram a etnia que vivia em conflitos com a etnia Tupinambá pelo território. Anchieta afirma que os Caeté viviam no território da Bahia, os denominando de gentios do Paraguaçu. A etnia segundo seus escritos estava inserida no processo de assimilação, então a partir do cristianismo se inseria a cultura europeia substituindo as tradições dos povos nativos.

Os Caeté eram apontados como “pagãos devoradores de homens” foram utilizados para suprir a demanda de escravos que era necessária naquela época, a culpabilização da etnia foi uma estratégia para burlar as leis que impediam a escravização dos determinados indígenas. Esse decreto fez com que o índio Caeté que vivia nas margens do Rio São Francisco fosse perseguido e se deslocasse para os sertões. Os Caeté cristãos que viviam na Bahia também sofreram os agravantes do decreto e foram escravizados.

Começaram a escravizar os índios amigos. Mem de Sá, vendo nisso um perigo para a paz da colônia, desejando suprir as necessidades dos colonos, levou uma guerra aos Caeté, alegando não somente que eles haviam devorado o bispo d. Pedro Fernandes Sardinha, como também eram pagãos. Os jesuítas viram no fato um perigo para os seus aldeados, porque muitos dos Caeté – que eram habitantes daquela região do São Francisco – se localizavam na Bahia, agrupados nesses aldeamentos.” (Sampaio, 1926, p.42).

O decreto para escravização do Caeté foi instituído não somente como uma punição para o indígena. Proporcionou também a possibilidade de obtenção de mais escravos como mão-de-obra de forma “legal”, já que a maioria dos colonos estava desobedecendo à política de não escravização dos indígenas que eram considerados “amigos”, ou seja, os que mantinham acordos com os europeus.

Conforme As investigações feitas por Wanderley Araujo Pinho (194, p. 48-49) a mão de obra da etnia Caeté foi substituída após seu extermínio por volta de 1562-1563 por outras etnias.

Assim desapareceram as referências culturais dos Caeté e tantas outras etnias nos patrimônios físicos e culturais de Santo Amaro. Isso ocorreu na Bahia e em todo território brasileiro num processo colonizador genocida. Não há como estabelecer quem era a etnia nativa presente na região, nem mesmo descrever totalmente da aparição Abatirá na região, dado que os povos indígenas deslocavam-se de regiões e se estabeleciam em outras, porém a intenção de se constituir uma

historiografia indígena é apontar os etnias que são citados como presentes na região, afim de ser um trabalho inicial para estudos posteriores sobre quem eram essas etnias e sobre as múltiplas etnias que possam ter habitado na território.

3.1.5 Retomada do imaginário na historiografia e resistência indígena

Os primeiros contatos do português com o nativo brasileiro constam na “Carta de Pero Vaz de Caminha”, que traça um perfil do índio como um ser “não pagão”. Os lusos acreditavam a principio que nada havia de se aproveitar naquelas terras, afinal não encontraram metais preciosos como em outras partes do continente americano, considerando que os únicos frutos seriam as conversões das muitas almas nativas que ali habitavam.

Contudo, com o passar do tempo e com a chegada dos portugueses que implantaram seu modelo colonizador, os indígenas se tornaram mera mão-de-obra que os novos moradores queriam usar para que seus projetos de obtenção de lucro na terra funcionassem. Com a chegada dos colonos e jesuítas em 1559 em Santo Amaro os colonos buscaram implantar nas terras o sistema de *plantation*. As primeiras mudas de cana-de-açúcar começaram a serem plantadas no solo de massapé, além de pequenas criações de gado. Os jesuítas foram de grande ajuda para que os nativos se convertessem a súditos, no processo de alienação cultural.

O indígena santamarense é tratado como um “selvagem insubmisso” por registros. Os nativos já se mantinham em confronto com as etnias que viviam no próprio território. Com a chegada do invasor português os indígenas iniciaram a resistência à escravização. Sendo assim, não pode considerar-se a colonização das etnias que habitavam a região como ato pacífico. Registros do IHGB(1856) confirmam confrontos dos Tupinambá com os colonos. Embora os dados afirmem que a etnia prestou serviços aos portugueses, isso não significa que não se rebelavam e que mesmo após serem escravizados não buscaram formas de se libertarem.

PAIM (1994) compreende que o indígena não era tido como um ser passivo a colonização, diante da qual muitas etnias se revoltavam contra a subjugação europeia. O modo de vida nativo era diferente do modo de vida europeu, o

português encontrava inúmeras barreiras para inserir o modelo capitalista nas terras brasileiras.

Adaptar o nativo ao sistema colonial não era tarefa fácil para o projeto português. Capturar o indígena tinha o objetivo de fazê-los trabalhar para que o sistema de produção aumentasse. Os nativos, muitas vezes foram induzidos a diversos tipos de maltratos, que nada parecia com a dominação de outrém conhecida na América pelos indígenas. Nas sociedades Tupinambá, os prisioneiros de guerra eram inseridos na comunidade, e tratados de forma mais humana. Diferente da forma de tratamento da escravização que foi imposta na América, os Tupinambá aprisionavam seus inimigos que seriam mortos em um culto antropofágico seguindo de ritual para vingarem seus antepassados, os prisioneiros eram alimentados e disponibilizavam-se mulheres para atividade sexual do guerreiro e este tinha certa liberdade até o dia da sua morte.

O modelo escravagista europeu atribuía ao índio a condição de “selvagem”, unicamente feito para o trabalho. Todavia o indígena perdia todos os seus direitos como indivíduo a fim de satisfazer os direitos do colono que por sua vez apenas dirigia-lhes ordens.

Encontra-se a presença indígena nos engenhos na realização do plantio e na colheita.

Analisando a forma como o indígena sobrevivia, percebe-se que ele não estava adequado para o trabalho que lhe era imposto. Os nativos tinham suas pequenas roças, como os Tupinambá.

Além disso, os indígenas eram vítimas das doenças europeias, os nativos não tinham imunidade suficiente para combatê-la, E muitos deles morriam das pestes contraídas.

O português visava fazer com que a cultura europeia se sobrepusesse em relação às tradições indígenas, que eram marginalizadas e descartadas, obrigando ao indígena a se inserir na dinâmica nova renunciando a sua identidade.

A fuga para os sertões era a saída para recuperar a liberdade que lhes fora tirada. Os Caeté, uma das etnias citadas como nativas da região, resistiram através da fuga, registrada por Anchieta. Buscando proteger-se da opressão portuguesa, fugiam para os sertões que não haviam sido explorados.

Vendo os índios os insultos e agravos que os Portugueses lhes faziam em os cativar, assim os das igrejas mais principais que tínhamos, e todo o mais gentio que estava por esta terra, e pelas facilidades que os Portugueses por si e por seus escravos lhes diziam da guerra que lhes haviam de dar, e eles viam pelo olho como eram salteados, se levantou parte do gentio de Paraguaçu e Cirigipe, indo-se pera o sertão (...) (ANCHIETA 1933 p. 356).

A fuga era a forma uma das formas resistência utilizadas por indígenas. Anchieta cita a fuga para os sertões da etnia Caeté, além disso, estas etnias travavam batalhas intensas com os europeus, a partir desses confrontos muitas etnias foram exterminadas. Outras formas de extermínio nativo foram às epidemias trazidas pelos europeus ocasionaram o desaparecimento de inúmeras etnias.

Mas, desgraçadamente, em 1562 e 1563 surtem na Bahia duas grandes epidemias. Os portugueses delas não foram atacados. Porém, para os índios foram desoladoras. As suas mortes atingiram quase incalculável, o que motivou a paralisação dos trabalhos agrícolas, ocasionando um triste período de fome. Os índios ainda tinham força para andar, novamente procuraram refúgio na sua mãe floresta. Porém, os que ficaram se vinham completamente abandonados, e já não tinham quem deles tratasse, "nem mesmo quem fosse à busca de uma cabaça d' água. Finalmente, diz Alexandre Marchant, quando a epidemia chegou ao auge, não tinham nem mesmo quem enterrasse os mortos. (SAMPAIO, 1926 p.43-44).

A Europa já havia enfrentado inúmeras epidemias, que assolaram a população, mas o índio não tinha contato com essas doenças e sofria duras penas por causa delas, porém havia formas mais cruéis de mortes dos nativos.

Também há relatos de memorialistas nos quais indígenas recorriam ao suicídio após serem desestruturados das suas sociedades.

A etnia Tupinambá, por exemplo, tinha uma dinâmica não acumulativa e não encontrava lógica no pensamento europeu de guardar riquezas. Os nativos, por não corresponderem ao esperado pelos europeus, foram considerados preguiçosos. Os nativos em sua revolta silenciosa não atendiam as ordenanças dos europeus, desacostumados a receberem ordens até mesmo dos companheiros das suas tribos, obtiveram estereótipos de preguiçosos e selvagens por não serem os súditos que esperavam que fossem.

3.1.6 Índios na construção da história

Nas obras de Historiadores e memorialistas os povos nativos dessas terras eram tidos como preguiçosos, que viviam a sobra e água fresca, e que por isso não estariam prontos para o trabalho exigido pelo colonizador. Encontramos na historiografia a inércia nativa; os portugueses que assumiram posição de “nobres” queriam que o indígena assumisse o papel de súdito e atendesse todas as suas vontades, sendo assim os “negros da terra” deveriam ser convertidos a mão-de-obra para enriquecê-los. Contudo, os indígenas são apresentados como figuras bem diferentes dos sonhados súditos que os europeus gostariam de possuir, resistindo muitas vezes aos trabalhos que foram submetidos.

(...) insubmissos e inaptos para o trabalho, acostumados a grandes caçadas e a um grande ócio até que se fizesse outra; vivendo à sombra de suas ocas ao balanço das redes, jamais poderiam se trabalhador rijo e incansável que os exploradores exigiam. (PAIM, 1994, p.24).

Contudo, estes realizaram durante muito tempo trabalhos nos engenhos e só foram substituídos pela mão-de-obra especializada africana, depois de um longo período de trabalho forçado. Wanderley Araujo Pinho evidencia que a mão-de-obra indígena foi usada no Engenho de Serecipe mesmo com a inserção de escravos africanos. Consta que tinha a serviço do Engenho, 259 escravos, mais 94 escravos e 4 para trabalhos no campo e da casa fortaleza. Desses escravos, muitos eram negros, e outros eram indígenas da região (PINHO, 1941).

Os nativos principalmente os tupinambás foram de grande ajuda aos colonizadores, sendo que o povo tupi vivia a pesca e da agricultura, onde estes dominaram diversas plantas as retirando-as da condição selvagem para mantimento dos seus roçados. (PINHO, 1941, p. 30).

Além das etnias nativas inúmeras outras foram inseridas em algumas regiões para realizar o plantio da cana entre outras funções. Encontra-se nos registros do Engenho do Conde a presença de carijós, pitiguarás, tamoios, tapuias. Os autores que citam estas etnias apresentam o aparecimento destas depois que o indígena nativo desapareceu, como no caso do Caeté.

Durante o período de construção das cidades do Recôncavo, devido à escassez dos indígenas que se deu a partir do extermínio das etnias nativas, se comprava outros “negros da terra” para suprir a demanda de trabalho, com o deslocamento destes da sua região para o Recôncavo. Wanderley Araujo Pinho cita diversas etnias que residiam anteriormente no Sertão que foram encontradas no engenho da família SÁ. Explica-se a aparição dessas em outras localidades devido às “guerras justas” que faziam que indígenas fossem escravizados e vendidos para varias regiões distintas do país. Essa imigração indígena proporcionava também multiplicidade étnica indígena em um único território, onde poderia haver indígenas de etnias distintas coexistindo em um mesmo engenho.

Além dos confrontos com indígenas que permitam a escravização e o comercio de “negros da terra”, etnias também foram persuadidas e trazidas do sertão enganadas pelos portugueses que as escravizavam em seus engenhos.

Nas “guerras justas”, nome dado para os confrontos com indígenas que não aceitavam a imposição europeia, os próprios indígenas lutavam entre si e possibilitavam que o português os escravizassem. Os “índios cristãos” foram essenciais para o processo colonizador no qual permitia que os poucos portugueses vencessem inúmeras batalhas. Os indígenas que não aceitavam a escravização dos portugueses uniam-se com outros europeus para defender-se. Os tamoios lutaram ao lado dos franceses que eram grandes piratas temidos pelos lusitanos, contudo estes não prevaleceram, sendo escravizados pelos portugueses.

Pelo qual se determinou de lhes dar guerra e assim, com favor da capitania de São Vicente da qual veio o capitão Jeronimo Leitão, com a maior parte dos Portugueses e muitos índios cristãos e gentios, e com esta ajuda cometeu a empreza e acabou de destruir toda a nação dos Tamoios, que ainda estava mui soberba e forte com muitas armas dos Franceses, espadas, adagas, montantes, arcabuzes e tiros grossos, sem lhe ficar aldeia que não sujeitasse até á ilha de Santa Ana, que é o cabo delas, que são algumas 30 léguas do Rio de Janeiro. Muitos dos índios matou na primeira aldeia, que era a mais forte, e depois disto se lhe entregaram os outros quasi sem guerra, muitos dos quais se ajuntaram na aldeia dos índios cristãos, que eram dantes seus inimigos, e se batizaram e ainda alguns vivem.” (ANCHIETA, 1933, p. 305).

3.1.7 Desaparecimento do indígena: possíveis causas

Após séculos reproduzindo uma única versão da historiografia brasileira não se pode compreender todo o processo de colonização da região. Com a falta de informações sobre os indígenas depois do extermínio dos povos que carregavam sua História através da oralidade, tornou-se um desafio reconstruir a identidade das etnias brasileiras.

No caso santamarense é ainda mais desafiador, devido à escassez documental que faça referencia ao nativo.

John M. Monteiro em sua obra *Tupis e Tapuias* (2001, p.2-3) apresenta Francisco Afonso Varnhagen como um dos responsáveis pela exclusão do indígena da historiografia. Varnhagen afirma que indígenas não podiam produzir História, declarando que estes viviam na infância cabendo aos nativos à etnografia. Posteriormente este discurso foi utilizado para explicar os nativos americanos na obra *Casa Grande e Senzala*. A infância indígena é retomada por Gilberto Freyre quando afirma que os indígenas brasileiros, ao contrario dos nativos de outras partes da América, estavam na sua primeira dentição, admitindo uma prematuridade cultural indígena.

A assimilação pretendida pela cultura europeia fez que os nativos fossem silenciados. Ocorreu um processo de perda de identidade. Dessa forma os nativos tornaram-se excluídos da narrativa historiográfica e da memória locais, e sua cultura foi severamente marginalizada pelo colonizador que remodelou a sociedade transformando toda dinâmica social.

Quando analisamos a cultura indígena nesse processo no Recôncavo e pesquisando sobre Santo Amaro e cidades circunvizinhas, notamos o desaparecimento de rastros da cultura indígena. Esta aparece em breves citações vistas sob a ótica do colonizador. Os nativos aparecem pelo fato de estarem ligados ao trabalho e são citados como mercadorias vivas.

No território santamarense foram implantados inúmeros engenhos e trapiches em que o indígena era explorado. O processo de miscigenação entre portugueses e índias dava-se desde os primórdios da colonização e os primeiros mamelucos ou brasilíndios que Darcy Ribeiro define como filhos de homens brancos, grande parte destes lusitanos, com mulheres indígenas que constituíam uma parcela da população, relações essas que foram romanceadas por um longo período histórico e

que eram na verdade relações de dominação nas quais índias eram submetidas a estupros dos colonos europeus.

Com isso, acredita-se que possam ter existido filhas mamelucas do governador Mem de Sá. A partir disso podemos supor que além das citadas filhas do governador poderia já existir uma população mameluca significativa, contudo não se pode afirmar se todos os mamelucos tinham privilégios sociais ou somente estas mamelucas citadas como possíveis filhas do governador. (PINHO 1941, p. 4-5)

O mameluco perdeu sua identidade ao longo das décadas, sendo que a população santomarense atual não se vê como indígena, nem há lembranças da sua contribuição para instituição do povo. O índio encontra-se ausente em um passado inacessível para o povo.

Neste longo processo que foi a assimilação de indígenas, os jesuítas foram agentes de solidificação de uma cultura hegemônica. Mesmo alguns jesuítas que defenderam os índios de atrocidades da escravização, marginalizavam as tradições indígenas impondo a europeia naquelas sociedades, e não se pode ignorar o fato de que padres foram consagrados na História sendo grandes traficantes de escravos na África, lucrando com a escravidão, acredita-se que o mesmo fato correu também na América.

A galeria de retratos desses administradores é de provocar repulsa e tristeza. Aspiravam todos às riquezas de Goa, mas eram mandados, quasesem meios e com vencimentos insuficientes, para um porto calorento, sujo, insalubre, cheio de poeira e de mosquitos, onde se contavam as casas de telha e nada havia que alegrasse os olhos, exceto o mar. Desde a chegada, tinham de conviver com intrigas e perfídias. Uma politicalha vil enodoava tudo, conduzida por colonos velhacos, que escondiam passados criminais ou vergonhosos, por padres traficantes ou polígamos, por pés-rapados enriquecidos no roubo, por fidalgotes amargurados, ressentidos, frustrados, neuróticos e transtornados pela solidão ou pelas ilusões perdidas. Os governadores enroupavam com pretensões de grandeza o desencanto humilhante — não era aquele o cargo que lhes haviam prometido ou com que tinham sonhado. (SILVA; 2001, p. 308).

A partir de um conhecimento de mundo da Europa, colonos os jesuítas buscavam fazer analogias com as sociedades da América. E resignificarem o “bárbaro” como o “não cristão” era um exemplo desse antagonismo. Utilizando dessas questões de aproximações e equivalências para justificar suas ações ditas civilizatórias.

O desaparecimento do indígena se deu na historiografia e na mentalidade das populações, através do extermínio físico e histórico. Essa realidade encontra-se presente em diversas regiões do país. Diante dessa dificuldade, percebe-se o obstáculo da construção de uma narrativa histórica e de como realiza-la.

Entender o passado na atualidade é proporcionar que as lacunas que foram deixadas na História sejam reinterpretadas para que possamos entender por completo nossa sociedade, multiétnica. Mas como realizar este desafio? No contexto santamarense o desafio é ainda maior pela falta de veracidade de algumas fontes que dão suporte para identificar o nativo. Tendo em vista todos os problemas encontrados no percurso há esperanças que através da educação haja um fortalecimento da identidade indígena.

Compreender quem eram os indígenas que viviam no território, além de atribuir veracidade a parte da historiografia e etnográfica que se encontra confusa, proporciona dar estrutura para uma educação indígena nas escolas, dando suporte as escolas para que possam ensinar sobre a etnia local na Disciplina de História Africana e Indígena prevista pela lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

A partir do ensino a educação assume a responsabilidade de honrar a ancestralidade dando visibilidade aos heróis indígenas e contando novas Histórias nas quais os oprimidos deixam uma posição de sujeição para retomar seu lugar de sujeito que lhe foi retirado. Tornando assim ao ponto de vista do colonizador como um em meio há outros, diferentemente do que foi imposto durante décadas onde a História contada pelos europeus era tida como único ponto de vista verídico.

Percebe-se que a ênfase dada pelos autores como Darcy Ribeiro, Manuela Carneiro dentre outros, tem provocado uma mudança no olhar da sociedade acerca dos indígenas e suas produções.

Conforme referencia Ribeiro (1995) ao louvar a miscigenação, é possível se analisar a dinâmica social indígena de formas diferentes como era feito outrora.

Após a libertação do pensamento hegemônico eurocêntrico que nos levava a entender as produções indígenas como atrasadas, sem civilização, sem cultura, incapazes, selvagens, preguiçosos, traiçoeiros etc., têm surgidos novos rumos para a inclusão dos povos nativos e, por conseguinte, a recuperação da autoestima, da autonomia e da dignidade histórica, tendo como base a reafirmação da identidade étnica e do orgulho de ser índio.

Diante disso, os indígenas têm recuperado gradativamente seu lugar no horizonte social e histórico no Brasil, possibilitando a retomada de sua fala, e comportamentos mais positivos, de tal forma que talvez possam disseminar seus conhecimentos que deixaram de ser desconsiderados e reprimidos, constituindo-os sujeitos do próprio destino reivindicando o devido reconhecimento.

A saber, que por muito tempo o conhecimento foi hierarquizado e atribuído aos europeus, os demais conhecimentos foram tratados como inexistentes ou seja tornaram-se invisíveis.

Nesse âmbito, Boaventura Souza (2007, p.71-94) trata essas questões de invisibilidade, o pensamento europeu chamado de pensamento abissal, que dividia os saberes em diferentes lados de uma linha imaginária da qual somente um lado dessa linha continha um tipo de conhecimento a qual foi reconhecido. Ou seja, há uma divisão das quais todos os conhecimentos que não são europeus, eram desconsiderados como conhecimentos.

Dentro do pensamento Abissal não há uma coexistência de saberes. Assim, tudo que é considerado como do "outro" é tido como um conhecimento inviável.

No século XXI têm se começado confrontar o que se compreende por "conhecimento" levantando indagações que nos levam a pensar em como trazer os conhecimentos que foram desconsiderados para o currículo escolar de formação.

A educação tem sido problematizada e o currículo escolar tem passado por mudanças. A forma que se via os indígenas também esta sendo mudada. Seja no reconhecimento destes no passado, quanto no que diz respeito à quebra dos estereótipos dos povos indígenas e mostrando que estes povos não se encontram estáticos, mas evidenciando as mudanças a partir do encontro das culturas indígenas com a dos europeus.

A educação escolar indígena evidencia que o processo de formulação e de execução da prática educacional no país deve tornar-se cada vez mais respeitosa preservando as especificidades culturais e aos interesses dos povos indígenas. É uma questão de reparação social defender o direito dos povos indígenas e desenvolverem processos políticos-pedagógicos próprios e com autonomia para atender as demandas que são necessárias para preencher essas lacunas de invisibilidade histórica. Sendo assim estes povos indígenas trazem consigo uma nova consciência sobre a sua realidade histórica construindo o seu futuro com dignidade.

3.1.8 Novos olhares sobre os nativos

OLIVEIRA e ROCHA FREIRE (2006) apresentam estudos sobre as sociedades indígenas mostram como essas etnias possuíam dinâmica própria, podendo ser simples ou complexas, feitos pela arqueóloga Ana Roseveld na região amazônica, na foram encontradas organizações sofisticadas.

Dentro desta ótica as sociedades indígenas eram diferentes dos portugueses, a língua e seus costumes eram fundamentais para o fortalecimento dos indivíduos e determinante para vivência de cada tribo.

A arqueóloga Ana Roosevelt aponta que as sociedades complexas tinham organizações sociais chamadas de cacicados e dominavam a tecnologia na produção de cerâmica. Outras foram classificadas como simples por apresentarem as mesmas características de coleta e caça para subsistência. Foram levantados dados de grandes famílias linguísticas como: jê, karib, arauak, xiriana, tucano entre outras. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 21).

Existe cerca de 220 povos indígenas atualmente no território brasileiro, o levantamento de dados sobre o nativo proporciona conhecer a diversidade destes povos, desconstruindo uma visão única que é feita sobre os nativos brasileiros.

Os indígenas foram conquistando gradativamente sua autoestima, seus direitos de cidadania brasileira, possibilitando usufruir gradativamente a garantia de adotar modo de vida próprio, acesso a conhecimentos e valores, tendo direito manter suas tradições e costumes que lhe são próprios. Sabemos que estes direitos ainda estão longe de serem respeitados, portanto essa cidadania e conquista Resistência.

Ainda existem necessidades a serem superadas quanto aos territórios, ao direito a posse exclusiva dos recursos naturais de suas terras.

A cidadania desejada necessita de amparo por leis do país para se requerer seus direitos a saúde, a educação, a cultura, garantir seu espaço de sobrevivência em meio a sociedade majoritária.

Através dos avanços legais, nos últimos tempos, o discurso do governo vem se mostrando contraditório e ambíguo, pois, ao conceder cidadania brasileira aos povos

indígenas, o Estado também diminuiu os serviços sociais básicos para o atendimento a essa população gerando o enfraquecimento da política indígena.

É importante salientar que a concepção dos índios enquanto incapazes ainda permeia o estado brasileiro, apesar de a constituição fazer do índio um verdadeiro cidadão, pois eles não abandonaram suas culturas e ideologias que o sustenta, conforme cita a antropóloga Clarice Cohn no artigo “Tutela nunca mais”:

Permanece a visão de que os índios são um empecilho ao desenvolvimento nacional. Suas terras têm sido cada vez mais ameaçadas por projetos de criação de hidrelétricas, pela construção e pelo asfaltamento de estradas que cruzam suas terras, por projetos de mineração. A hidrelétrica de Belo Monte é um caso exemplar entre tantos outros, em praticamente todos os rios amazônicos. Nisso, parece que a história se repete. Darcy dizia que os índios são atingidos por algumas frentes de expansão e colonização do território: a extrativista, a agrícola e a pecuária. Entre hidrelétricas, projetos de mineração, fazendas de gado e grandes plantações de monocultura, o Brasil está sacrificando sua diversidade ecológica, biológica, social e cultural. E os índios, frequentemente, são vistos como os bandidos desta história (COHN, 2013, s/p).

4 DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA HISTÓRIA INDÍGENA EM SANTO AMARO

A cultura do Velho Mundo foi introduzida na construção da nação brasileira, pelas bases sólidas da educação, sendo os missionários os principais agentes que possibilitaram a assimilação do índio, fazendo com que este aprendesse a língua do colonizador.

PAIVA (2007, p.42-43) aponta para as reais intenções da inserção da educação na América que tinha por intuito assimilar o nativo.

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem Portugal era alfabetizado? Mias do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As letras deviam significar a adesão plena à cultura portuguesa. (PAIVA, 2007 p.43).

A educação colonial, para além das letras que eram ensinadas ao nativo, que tinha por objetivo confirmar e organizar a sociedade.

O processo educacional do europeu era literalmente diferente do indígena, sendo que a transmissão de conhecimento herdada pelos nativos era feita pela oralidade. Com a mudança na forma de educar esses indivíduos foram destituídos da sua forma de aprendizagem e modelados segundo o novo sistema.

Entretanto, o letramento indígena depois de algum tempo foi substituído pela hierarquização da educação, onde se visava lucrar com a formação da elite brasileira formando os novos sacerdotes. A educação assume outra face no Brasil não sendo mais uma forma de tornar o indígena submisso aos moldes europeus, sendo que a hierarquia cultural européia já estava dada naquela sociedade. Buscava-se agora o afastamento do indígena da educação tornando esta direito somente da aristocracia brasileira.

Novos rumos foram traçados pela educação quando o processo de assimilação se consolidou na sociedade, com isso ela deixou de ser o suporte para que fosse fixado no imaginário nativo do domínio português e passou a ser a ferramenta das elites.

O currículo era humanístico, não havia pretensões profissionalizantes com a educação para as elites. No século XVIII a burguesia que emergia no Brasil nos

espaços urbanos, sendo assim a educação mantinha-se exclusivamente para as elites.

Por volta de 1930 com as crises no campo agro-exportador novas mudanças foram feitas no Brasil, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública o que permitiu o ensino gratuito durante algum tempo. Contudo com o regime militar instaurado a educação novamente tornou-se inacessível.

Após o fim da ditadura, uma nova História da educação começou a ser construída com a redemocratização do Brasil.

Na atualidade o modelo europeu tem sido confrontado pelo movimento indígena dentre outros movimentos contra a hegemonia. A retomada dos valores culturais tem provocado à desconstrução de uma mentalidade colonizada. Sendo que nenhuma cultura permanece parada no tempo, a cultura indígena passa por processos de reconstrução. Desde a promulgação da constituição de 1988, que em diversos aspectos auxiliou na visibilidade da cultura dos povos que constituíam o país, fazendo-se que a lei assegure direitos aos povos nativos. O índio enquanto um ser 'inferior', conforme teorias radialistas, e 'pecador' que precisava de salvação pelo cristianismo, são estereótipos que perduraram por muito tempo na mentalidade dos brasileiros. O processo de alienação tinha como objetivo desculturalizar estes povos para dominá-los, inserindo a tradição europeia nas terras na América.

A Constituição Federal de 1988 foi o marco que possibilitou a voz das culturais minorias onde estas poderiam se expor sendo que considerava todos brasileiros iguais, dando-lhes iguais direitos.

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (05/1988).

A inserção da participação indígena na construção do patrimônio cultural nacional pode vir a ser um exemplo de uma reconstrução histórica na qual se busca garantir direitos a contribuições culturais materiais e imateriais dos nativos.

Incluir o saber indígena nas escolas tem sido um dos grandes desafios que a educação tem enfrentado, na qual ela se responsabiliza em ressaltar a importância das culturas nativas e produzir novos olhares acerca dos indígenas, não os enclausurando no passado, mas entendendo as necessidades dos indígenas hoje,

possibilitando a estes, autonomia para afirmação cultural, não negando sua cultura como foi feito pelo padrão homogêneo instituído outrora, mas dando visibilidade na construção do saber nas escolas, conforme instituído na lei 10.639 onde o ensino da História indígena e afro-brasileira é obrigatório nas escolas.

Atualmente a implantação do ensino indígena nas escolas não é realizada na maioria das escolas municipais e estaduais de Santo Amaro, os desafios da implantação indígena no município estão além das dificuldades de profissionais capacitados para o ensino da disciplina. A própria historiografia indígena do município manteve-se inexistente por um longo período, sendo assim há uma série de necessidades que precisam ser preenchidas para a inserção do índio na História que devem ser enfrentadas.

Evidenciar a pluralidade cultural já é uma tarefa que o município tem abraçado resgatando as heranças africanas, buscando evidenciar as influências da diáspora. A reafirmação da importância do elemento indígena torna-se uma tarefa ainda mais complexa, contudo a possibilidade da resignificação histórica fará com que outros personagens que constituíram o que veio a ser o município sejam valorizados depois de um longo período de esquecimento histórico.

Freire (2000) compreende que o sonho como parte fundamental de uma sociedade justa. Afirmando a necessidade de sonhar para que a partir dos sonhos se construa um projeto de ação, o autor permite que se analise o ato educacional como intrinsecamente ligado à política e a partir da educação se projete uma desconstrução de paradigmas opressores e uma consolidação de modelo educacional ético, onde potencializa a ação dos indivíduos na construção de um mundo melhor.

Ao afirmar que não devemos somente acreditar que podemos mudar o mundo o autor provoca que sejamos agentes das transformações. Sendo assim, a educação proporciona a igualdade de cada ser sendo ela um ato libertador.

Essa liberdade pode ser exercida por indivíduos a partir de uma remodelagem educacional, retirando esta da hierarquização que se manteve por um longo período, buscando a partir dessa perspectiva uma democratização do saber.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi demonstrado no presente trabalho nota-se que os indígenas excluídos e estereotipados se mantiveram durante muito tempo as margens da História, sempre apontados como insubmissos.

Sejam Nas narrativas religiosas que consideravam os nativos extraviados que necessitavam serem colonizados, ou na ciência que afirmava serem inferiores às “raça europeia”, estes povos permaneceram por décadas calados e subjugados.

Os processos de colonização portuguesa abrangeram a esfera social brasileira tornando mentalidades imersas e preconceituosas em relação aos nativos durante décadas. Consideradas insolentes e preguiçosas inúmeras etnias foram essenciais para que o projeto português fosse consolidado. A mão de obra dos indígenas foi fundamental no principio da colonização, as múltiplas funções que estes desempenhavam eram essenciais naquele período seja nas plantações de açúcar, nas guerras onde etnias auxiliavam os colonizadores a subjugar outras etnias, na proteção das propriedades dos colonos e até mesmo na alimentação dos filhos das sinhás.

No contexto santomarense os indígenas são raramente citados e quando aparecem em alguns trechos da História são apresentados de forma estereotipada, forma recorrente na historiografia brasileira.

A presente pesquisa abordou a temática indígena desvencilhada da perspectiva da colonização que é apresentada em todas as obras que apontam os indígenas da região. Com isso, nos faz analisar as questões fundamentais que possibilitariam outra narrativa histórica das etnias que viviam neste território.

Ao analisar as etnias apresentadas emerge a preocupação da verificação das fontes em atestar a veracidade das informações. Diante disso torna-se necessário a análise de documentos que comprove a presença das etnias apresentadas no território regional aqui delimitado.

Considerando a etnia abatirá apresentada por Zilda Paim como uma das etnias existentes na região encontraram-se contradições da autora ao confundir o território santomarense localizado na Bahia com outro localizado em Porto Seguro.

Possibilitaram de igual forma comprovar a coexistência das etnias Tupinambá e Caeté na região, sobretudo ainda se pode identificar outras etnias que sofreram deslocamentos regionais e vieram a trabalhar nos engenhos.

A partir do levantamento das etnias existentes na região entende-se que desaparecimento físico e na mentalidade da população deve-se ao extermínio das etnias .

Na atualidade busca-se uma reconstrução histórica pela qual os indígenas deixam a posição de oprimido e retomam seu lugar como atores e autores sociais.

Levando-se em conta o que fora observado Na historiografia santoamarense esperamos que essas reflexões venham a fortalecer a identidade indígena da população, possibilitando o preenchimento das lacunas na História perpassando pelo campo educacional para sua consolidação.

Depois de séculos esquecidos os indígenas desapareceram da memória da cidade. Em virtude disso o presente trabalho buscou traçar a historiografia das etnias existentes na região com o objetivo de apresentá-las numa nova perspectiva histórica.

É imprescindível que todos se conscientizem da importância indígena na construção do santomarense.

As escolas públicas brasileiras têm-se implantado importantes projetos de democratização em todas as partes do país, com as disciplinas que recuperam o lugar do negro como agente na sociedade. Contudo quando se trata da História indígena as escolas públicas ainda carecemos de materiais e profissionais capacitados para montar o plano de aula adequado.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, JULIANA BRAINER. **Colonização e Resistência do Peroaçu Bahia 1530-1678**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11242/1/Dissertacao%20Juliana%20Neveess eg.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSE MINDLIN. **Cartas : Informações, fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta. S. J. (1554-1594)**.. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00381630#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 11 mai. 2016.
- BIBLIOTECA DIGITAL DA UNICAMP. **Tupis, Tapuias e Historiadores : Estudos de Historia Indígena e do Indigenismo**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000343676>>. Acesso em: 24 dez. 2015.
- BIBLIOTECA DIGITAL DE CASTILLA Y LEÓN. **Diccionario geográfico popular : de cantares, refranes, provervios, locuciones, frases proverbiales y modismos... (1923) - vergara martín, gabriel maría**. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=685>>. Acesso em: 27 fev. 2016.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- CHAUÍ, Marilene. **Mito fundador e sociedades autoritárias**. 1 ed. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO PERSEU, 2000, p. 2-30.
- COHN, CLARICE. TUTELA NUNCA MAIS. **REVISTA DE HISTÓRIA**, [S.L], ago./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/tutela-nunca-mais>>. Acesso em: 03 jul. 2016.
- CUNHA, MANUELA CARNEIRO. A IMAGEM DOS ÍNDIOS DO BRASIL. **SCIELO**, SÃO PAULO, v. 4, n. 10, abr. 2.
- ESTADÍSTICA, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E. **Agencia Municipal de Estatística, Informações e Publicidades de Santo Amaro**: Dados descritivos, históricos e estatísticos de Santo Amaro. SÃO FELIX - BA: Oficinas "o propulsor", 1939.
- FERNANDES, Florestan. **A função da guerra tupinambá**. 3 ed. SÃO PAULO: GLOBO, 2006.
- FERREIRA, José Carlos; VIANA, Francisco Vicente. **Memoria do Estado da Bahia**. SÃO PAULO: Typografia e encadernação do Estado da Bahia, 1893. Disponível em: <<https://archive.org/details/memoriasobreoes00bahigoog>> Acessado em: 12 de

fevereiro de 2016.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**: Municípios do Estado da Bahia: Santo Amaro. 21 ed. RIO DE JANEIRO: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958, p. 294-304.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. RECIFE: Global Editora, 2003, p. 64-263.

IPHI PORTAL DE FILOSOFIA. **BOSI, Alfredo: A dialética da colonização**. Disponível em: <http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Alfredo_Bosi_-_Dial%C3%A9tica_da_Coloniza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. acessado em: 18 mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Brasil em Síntese | Bahia | Santo Amaro | História & Fotos Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/historico> > acessado em 12 de janeiro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: Santo Amaro - Biblioteca do IBGE Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/santoamaro.pdf>>acessado em 12 de janeiro de 2016

LEAL, Herudino da Costa. **Historia de Santo Amaro**. SALVADOR-BA: IMPRENSA OFICIAL DA BAHIA, 1964.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes De Farias; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 3 ed. BELO HORIZONTE: Autentica, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: Índios e bandeirantes na origem de São Paulo. 1 ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Redescutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, João Oliveira De; FREIRE, Carlos Augusto Da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. 13 ed. LACED/Museu Nacional: Ministério da Educação, 2006.

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. Santo Amaro: Imprensa Oficial do Município, 1994.

PEDREIRA, Pedro Tomaz. **Memoria Historico-geografica de Santo Amaro**. Brasilia: IGHB, 1977.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Noticias Histórica de São Francisco do Conde**.

Brasília: IGHB, 1976.

PINHO, José Wanderley Araújo. **Testamento de Men de Sá**: Inventário dos seus bens no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

PLANETA E EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA. **OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/gepi/os_caminhos_da_educacao.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO. **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/detalheobraform.do?select_action=>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido da colonização. 2 ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

ROMINELLI, Ronald. **Imagem da colonização**: A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zangar, 1996.

SAMPAIO, Aluysio Mendonça. **Senhores e escravos**: A escravidão indígena no Brasil. São Paulo: Cathargo, 1994.

SCHWARTZ, Stuart B.. **Segredos internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia de Letras, 1988.

SILVA, Alberto Da Costa. **A Manilha e o Limbado**: A África e a escravidão de 1500 a 1700. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996..